

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.464 - SP
(2018/0332285-7)**

RELATORA : MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : FRANCISCO CUSTODIO DE ALMEIDA
EMBARGANTE : GILSON ANTONIO DE ARAUJO
EMBARGANTE : JOSE EDIMAR SOARES VIANA SOBRINHO
EMBARGANTE : MANOEL DOS SANTOS DE SOUZA
EMBARGANTE : REINALDO CUNHA DE SOUZA
EMBARGANTE : RICARDO RUSSELL COSTA
EMBARGANTE : RONALDO LUIZ SARTORIO
EMBARGANTE : SPINOZA BARROSO SOBRINHO
ADVOGADO : KARLA DE CASTRO BORGHI E OUTRO(S) - SP259437
EMBARGADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTEMPESTIVO. INTERPOSIÇÃO ALÉM DO PRAZO LEGAL. ART. 1.023 C/C ART. 219 DO CPC/2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

I. O acórdão, objeto destes Embargos de Declaração, foi disponibilizado em 27/06/2019, quinta-feira, no Diário de Justiça eletrônico, considerando-se publicado em 28/06/2019, sexta-feira, e o presente recurso foi interposto em 15/08/2019, quando já escoado o prazo legal, conforme certificado nos autos.

II. Descumprido, portanto, o prazo de cinco dias úteis, para a oposição dos Embargos de Declaração, previsto no art. 1.023 c/c art. 219 do Código de Processo Civil vigente, inviável a análise dos argumentos recursais, uma vez que não preenchido um dos requisitos extrínsecos de sua admissibilidade.

III. Na forma da jurisprudência do STJ, "o prazo para a oposição dos embargos de declaração conta-se da data da publicação do acórdão embargado, não se confundindo com a publicação da ata da sessão de julgamento" (STJ, EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 1.337.504/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 02/05/2019).

IV. Embargos de Declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e

Superior Tribunal de Justiça

Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora

